



Banco Original do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011



Conteúdo

Relatório de administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Relatório do Comitê de Auditoria – Resumo	40

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S. A.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Banco tem como principal mercado de atuação o setor agropecuário nacional, oferecendo produtos e serviços destinados ao crescimento sustentável do segmento, através da manutenção de uma equipe de agrônomos, zootecnistas e especialistas financeiros que atuam em conjunto a fim de estruturar soluções específicas para cada cliente.

Além disso, conta com uma mesa de operações voltada para o atendimento a clientes e também proprietária, realizando operações estruturadas, renegociação de dívidas e de derivativos em bolsa, câmbio pronto e câmbio físico, além de financiamento de projetos pecuários que incluem a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de insumos e de animais.

Cenário Econômico

Contexto Macroeconômico

No Brasil, a trajetória de queda da produção industrial se manteve durante todo o primeiro semestre e a quebra na safra de culturas importantes, como a soja, levou à perspectiva de crescimento do PIB deste ano a um nível muito baixo. A taxa de desemprego continuou no seu nível mínimo e os salários seguiram crescendo, mas o crescimento do consumo não foi capaz de reverter os efeitos da redução do investimento e dos estoques. O governo anunciou mais medidas de estímulo, como o incentivo a compra de veículos, mas o crescimento não se recuperou de forma significativa ao longo dos meses. A inflação anual recuou e a política monetária seguiu refletindo o cenário de menor crescimento e inflação em queda, acontecendo, inclusive, a aceleração dos cortes da taxa Selic em determinado momento. As taxas de juros de mercado recuaram com mais força, especialmente no segundo trimestre, enquanto a taxa de câmbio se desvalorizou como reflexo do juro mais baixo no Brasil, controles para a entrada de capital e do pior do ambiente internacional a partir de meados do semestre.

O preço das commodities agrícolas e da carne bovina mostrou trajetórias distintas. O preço da soja passou o semestre em alta, reflexo da menor safra brasileira, enquanto o preço do milho recuou pela grande safra no Brasil e não teve tempo para refletir a alta do preço internacional

ao final de junho. O preço da carne bovina passou o semestre em queda, reflexo do clima mais favorável para a engorda no pasto e de exportações e consumo doméstico mais contidos.

O segundo semestre de 2012 apresentou duas fases para a economia brasileira. Num primeiro momento, as condições financeiras apresentaram melhora após o anúncio pelo Banco Central Europeu do programa de compras de títulos dos países que pedissem apoio, sujeito a condicionalidades. O prêmio de risco de países como a Espanha se reduziu sensivelmente, ao mesmo tempo em que o euro se recuperou e as bolsas de valores estenderam o movimento de alta.

A Bovespa acompanhou a valorização global e o Real encontrou a estabilidade após um ano de desvalorização mais intensa. Ao mesmo tempo, vários os indicadores brasileiros, como a venda de veículos, apontaram para a recuperação do crescimento. O desemprego se manteve no patamar mínimo registrado ao longo do ano.

A segunda fase sucedeu a divulgação do PIB brasileiro no terceiro trimestre, quando a decepção com o crescimento acentuou a preocupação com problemas mais estruturais do Brasil. A inflação já mostrava sinais de nova alta e a pressão de alta, num ambiente quase sem crescimento, apontou a deterioração do cenário.

O Banco Central estendeu o ciclo de corte de juros até a penúltima reunião do ano, em outubro, quando sinalizou a estratégia de manter a sua taxa básica estável por período prolongado. Houve, antes disso, a redução dos recolhimentos compulsórios, mas a expansão do crédito dos bancos privados não mostrou recuperação e a inadimplência se manteve resiliente.

O Banco Central também passou a intervir quando o real iniciou desvalorização adicional ao longo de novembro, apontando que o objetivo de crescimento precisa combinar a preocupação com nova alta da inflação.

Os preços agrícolas e da pecuária mostraram alta no segundo semestre. Os preços do milho e da soja subiram por conta do choque climático nos Estados Unidos, seguidos pela recuperação moderada do preço da arroba da carne bovina após setembro, quando as exportações passaram a crescer com mais força.

Desempenho nos Negócios

Em 2012, o Banco apresentou prejuízo no exercício de R\$ 13.773 mil, contra um lucro de R\$ 26.685 mil apresentados no exercício de 2011. O Total de Ativos atingiu (Ativos R\$ 1.048.729 mil) enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 88.992 mil (Capital Social - R\$ 101.212 mil, Reservas Patrimoniais - R\$ 1.553 mil e Prejuízo Acumulado - R\$ (13.773) mil).

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 538.006 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 29.229 mil, correspondente a 5,43 % da carteira total, em conformidade com a Resolução CMN 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 768.640 mil.

Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, compliance e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no período findo em 31 de dezembro de 2012.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN 3.198/04, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados

São Paulo, 11 de março de 2013.



KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Silber Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em Milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO		
	Exercício 2012	Exercício 2011		Exercício 2012	Exercício 2011
ATIVO CIRCULANTE	723.888	947.582	PASSIVO CIRCULANTE	540.533	785.414
DISPONIBILIDADES	1.038	1.149	DEPÓSITOS (nota 11)	202.420	156.772
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 4)	102.050	475.572	Depósitos a Vista	9.389	5.532
Aplicações no Mercado Aberto	100.026	323.412	Depósitos a Prazo	42.793	151.240
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.024	152.160	Depósitos Interfinanceiros	150.238	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	125.761	97.897	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	61.649	254.843
Carteira Própria	6.038	50.304	Carteira Própria	50.647	21.612
Vinculados a Operações Compromissadas	51.236	21.883	Carteira de Terceiros	11.002	233.031
Vinculados a Prestação de Garantias	26.473	11.826	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 12)	185.636	300.549
Instrumentos Financeiros Derivativos	42.014	13.884	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Cred. e Similares	185.636	300.549
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	155	148	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	421	60
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	155	148	Recursos em Trânsito de Terceiros	421	60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	446.801	354.322	OBRIGAÇÕES POR REPASSES (nota 13)	8.103	-
Adiantamento a Depositantes	3	-	Outras Instituições	8.103	-
Empréstimos	384.086	359.191	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	42.019	11.490
Financiamentos	91.335	14.777	Instrumentos Financeiros Derivativos	42.019	11.490
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.623)	(19.646)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	40.685	61.900
OUTROS CRÉDITOS	40.083	18.494	Carteira de Câmbio (nota 7)	2.674	-
Carteira de Câmbio (nota 7)	2.706	-	Socias e Estatutárias	660	25.012
Rendas a Receber	199	293	Fiscais e Previdenciárias (nota 14a)	13.060	27.178
Negociação e Intermediação de Valores (nota 5b)	560	120	Negociação e Intermediação de Valores	73	17
Adiantamentos e Antecipações Salariais	137	33	Diversas (nota 14)	24.218	9.693
Créditos Tributários (nota 23)	30.769	11.622	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	180.817	160.550
Impostos e Contribuições a Compensar	4.722	6.381	DEPÓSITOS (nota 11)	148.843	132.269
Títulos e Créditos a Receber (nota 6)	2.216	-	Depósitos a Prazo	148.843	132.269
Depósitos em Garantia	938	-	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 12)	9.730	27.034
Diversos	52	45	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Cred. e Similares	9.730	27.034
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 6)	(2.216)	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES (nota 13)	1.010	-
OUTROS VALORES E BENS	8.000	-	Outras Instituições	1.010	-
Bens de Não Uso	8.000	-	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	13	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	62.858	95.313	Instrumentos Financeiros Derivativos	13	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	300	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.948	850
Instrumentos Financeiros Derivativos	300	-	Diversas (nota 14)	850	850
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	61.976	94.743	Subscrições de Capital a Integralizar (notas 8 e 14b)	20.098	-
Empréstimos	54.140	95.317	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	273	397
Financiamentos	8.442	-	Receitas Antecipadas	273	397
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(606)	(574)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)	88.992	102.765
OUTROS CRÉDITOS	582	570	Capital Social	101.212	101.212
Créditos Tributários (nota 23)	582	570	Reserva de Legal	1.553	1.553
PERMANENTE	23.996	5.834	Prejuízo Acumulado	(13.773)	-
INVESTIMENTOS (nota 8)	20.334	1.177	TOTAL DO ATIVO	810.742	1.048.728
Participações em Controladas - no País (nota 8)	20.334	1.177	TOTAL DO PASSIVO	810.742	1.048.728
IMOBILIZADO DE USO (nota 9)	1.754	1.318			
Outras Imobilizações de Uso	2.832	1.956			
(-) Depreciações Acumuladas	(1.078)	(638)			
DIFERIDO (nota 10)	1.908	3.339			
Gastos de Organização e Expansão	7.155	7.155			
(-) Amortizações Acumuladas	(5.247)	(3.816)			

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e			
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2012			
(Em Milhares de Reais)			
	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas da Intermediação Financeira	73.898	148.804	176.910
Operações de Crédito	63.426	125.089	102.540
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.602	24.953	33.492
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 5b)	2.575	(326)	38.422
Resultado com Operações de Câmbio	295	(912)	2.456
Despesas da Intermediação Financeira	(48.405)	(98.597)	(87.747)
Operações de Captação no Mercado	(23.737)	(58.076)	(69.740)
Resultado de Operações de Repasses	(204)	(204)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.464)	(40.316)	(18.007)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	25.493	50.208	89.163
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(30.067)	(54.343)	(39.542)
Receitas de Prestação de Serviços	1.061	1.391	2.076
Despesas de Pessoal (nota 17)	(22.336)	(36.724)	(20.576)
Outras Despesas Administrativas (nota 18)	(10.080)	(18.191)	(18.278)
Despesas Tributárias (nota 19)	(3.590)	(5.824)	(5.332)
Resultado de Participações em Controladas (nota 8)	(426)	(729)	(1.043)
Outras Receitas Operacionais (nota 20)	5.304	5.734	4.112
Outras Despesas Operacionais	-	-	(501)
Resultado Operacional	(4.574)	4.135	49.621
Resultado Não Operacional	(101)	(21)	1.016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(4.675)	(4.156)	50.637
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 23)	9.182	9.179	(17.018)
Provisão para Imposto de Renda	(2.168)	(5.439)	(15.264)
Provisão para Contribuição Social	(1.402)	(3.420)	(9.552)
Ativo Fiscal Diferido	12.752	18.038	7.798
Participações nos Lucros	(17.273)	(18.020)	(6.934)
Lucro / (Prejuízo) do Semestre / Exercício	(12.766)	(12.997)	26.685
Juros Sobre Capital Próprio	(776)	(776)	-
Lucro / (Prejuízo) por ação - em R\$ - 100.000.000 ações	(0,1277)	(0,1300)	0,2669

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e					
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2012					
(Em Milhares de Reais)					
		<u>Reserva de Lucros</u>			
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Estatutária</u>	<u>Lucros ou (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>101.212</u>	<u>219</u>	<u>2.208</u>	<u>-</u>	<u>103.639</u>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	26.685	26.685
Destinações:					
Realização da Reserva	-	-	(6.641)	6.641	-
Reversão de Reserva Legal	-	(169)	169	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	1.503	-	(1.503)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	4.264	(4.264)	-
Dividendos Pagos / Provisionados	-	-	-	(27.559)	(27.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>101.212</u>	<u>1.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.765</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>101.212</u>	<u>1.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.765</u>
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(12.997)	(12.997)
Destinações:					
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(776)	(776)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>101.212</u>	<u>1.553</u>	<u>-</u>	<u>(13.773)</u>	<u>88.992</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>101.212</u>	<u>1.553</u>	<u>-</u>	<u>(231)</u>	<u>102.534</u>
Prejuízo do Semestre	-	-	-	(12.766)	(12.766)
Destinações:					
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(776)	(776)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>101.212</u>	<u>1.553</u>	<u>-</u>	<u>(13.773)</u>	<u>88.992</u>

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2012
(Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
Atividades Operacionais			
Lucro / (Prejuízo) do Semestre / Exercício	(12.766)	(12.997)	26.685
Ajustes ao Lucro / (Prejuízo) do Semestre / Exercício:	29.003	41.528	22.024
Juros sobre capital próprio	(776)	(776)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.248	38.100	18.007
Provisão para Outros Créditos	2.216	2.216	-
Resultado de Participações em Controladas	426	729	1.043
Depreciações e Amortizações	963	1.882	1.728
Resultado na Baixa de Imobilizado	-	-	7
Tributos Diferidos	(12.752)	(18.038)	(7.634)
Provisão para Passivos Contingentes	-	-	470
Provisão de Participações nos Lucros	17.273	18.020	-
Outras Provisões	-	-	9.357
Outros	(595)	(605)	(954)
Lucro Líquido Ajustado do Semestre / Exercício	16.237	28.531	48.709
Variações de Ativos e Obrigações	(3.826)	(98.279)	22.227
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.025	(1.448)	(2.140)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(12.030)	266	448.224
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(257)	2.112	23
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras	52	(7)	8
(Aumento) Redução em Relações Interdependências	(336)	361	(450)
(Aumento) em Operações de Crédito	(18.659)	(68.721)	(443.052)
(Aumento) em Outros Créditos	(16.695)	(21.601)	(10.812)
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(8.000)	(8.000)	-
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	44.226	(1.117)	30.058
(Redução) Aumento em Resultado de Exercícios Futuros	(152)	(124)	368
Caixa Líquido Gerado / (Utilizado) em Atividades Operacionais	12.411	(69.748)	70.936
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(524)	(876)	(547)
Dividendos Pagos	(25.012)	(27.559)	(2.547)
Aquisição de Participação Societária - Brasil Agrosec	(350)	(350)	(513)
Alienação de Investimentos	-	571	-
Aumento de Capital Subscrito em Controlada	(20.098)	(20.098)	(500)
Caixa Líquido (Utilizado) pelas Atividades de Investimentos	(45.984)	(48.312)	(4.107)
Atividades de Financiamentos			
Aumento em Depósitos	133.994	62.222	172.176
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(183.051)	(192.994)	124.567
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(76.915)	(132.217)	102.843
Aumento em Obrigações por Repasses	9.113	9.113	-
Caixa Líquido Utilizado pelas Atividades de Financiamentos	(116.859)	(253.876)	399.586
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(150.432)	(371.936)	466.415
Modificações na Posição Financeira:			
Início do Semestre / Exercício	253.077	474.581	8.166
Fim do Semestre / Exercício	102.645	102.645	474.581
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(150.432)	(371.936)	466.415

Banco Original do Agronegócio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e
2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012**

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”) opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito, de financiamento, de investimento e de câmbio.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Medida Provisória nº 449/08 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/09), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b. Ativos e passivos - Circulante e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 3.604/08.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores eram compostos da seguinte forma:

Composição	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	1.038	1.149
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	101.607	473.432
Total	102.645	474.581

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

f. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- Títulos disponíveis para venda** - São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes de avaliação patrimonial”;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O Banco não possuía títulos classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2012. Sua carteira foi integralmente classificada como títulos para negociação, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo apresentados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante, independente da data de vencimento dos títulos.

g. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedge* contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de *hedge* não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002.

h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

i. Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base “pro rata” dia, incorridos até a data do balanço.

j. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data.

k. Imobilizado de uso e diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR/99, conforme nota explicativa nº 9.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme nota explicativa nº 10.

Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, serão mantidos neste grupo até a sua efetiva baixa.

l. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

m. Depósitos, captações no mercado aberto, e recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica “Outros créditos” e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis

com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, não sendo efetuada provisão contábil, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

p. Outros passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q. Partes relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações referem-se, principalmente, a aplicações em operações compromissadas, depósitos a vista e a prazo, letras de crédito e despesas administrativas.

r. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s. Juros sobre capital próprio

Para fins contábeis, os juros sobre capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Financeiras como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificação por título e liquidez

	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Total	Total
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>				
LTN - Letras do Tesouro Nacional	10.003	-	10.003	323.412
NTN - Notas do Tesouro Nacional - Série B	90.023	-	90.023	-
<u>Aplicações em Depósito Interfinanceiros</u>				
CDI - POS	-	-	-	150.020
CDI - Crédito Rural PRONAF	-	181	181	302
CDI - Crédito Rural SUBEX	-	262	262	1.532
CDI - Crédito Rural PRONAMP	1.581	-	1.581	306
	<u>101.607</u>	<u>443</u>	<u>102.050</u>	<u>475.572</u>

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Classificação por título, valor de mercado e curva

<u>Títulos para negociação - Carteira própria</u>	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>
	Valor de	Ajuste a	Total	Total
	curva/contrato	Mercado		
<u>Títulos Públicos Federais - Livres</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	520	6	526	45.045
Letra Financeira do Tesouro - LFT	114	-	114	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	4.443	955	5.398	5.259
	<u>5.077</u>	<u>961</u>	<u>6.038</u>	<u>50.304</u>

<u>Títulos para negociação - Vinculados a operações compromissadas</u>	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>
	Valor de	Ajuste a	Total	Total
	curva/contrato	Mercado		
<u>Títulos Públicos Federais</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	50.620	616	51.236	4.610
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	-	17.273
	<u>50.620</u>	<u>616</u>	<u>51.236</u>	<u>21.883</u>

<u>Títulos para negociação - Vinculados à prestação de garantias</u>	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>
	Valor de	Ajuste a	Total	Total
	curva/contrato	Mercado		
<u>Títulos Públicos Federais</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.091	285	18.376	6.969
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	6.664	1.433	8.097	4.857
	<u>24.755</u>	<u>1.718</u>	<u>26.473</u>	<u>11.826</u>

a.2 Classificação e vencimento

<u>Títulos para negociação - Carteira própria</u>	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>	
	Até	De 181 a	Acima de	Total	Total
	180 dias	360 dias	360 dias		
<u>Títulos Públicos Federais - Livres</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	526	526	45.045
Letra Financeira do Tesouro - LFT	114	-	-	114	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	5.398	5.398	5.259
	<u>114</u>	<u>-</u>	<u>5.924</u>	<u>6.038</u>	<u>50.304</u>

Títulos para negociação - Vinculados a operações compromissadas	31/12/2012			Total	31/12/2011
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
<u>Títulos Públicos Federais</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	51.326	51.326	4.610
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	-	-	17.273
	-	-	51.326	51.326	21.883

Títulos para negociação - Vinculados à prestação de garantias	31/12/2012			Total	31/12/2011
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360		Total
<u>Títulos Públicos Federais</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.736	13.640	18.376	6.969
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	8.097	8.097	4.857
	-	4.736	21.737	26.473	11.826

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa ou agentes de mercado, quando necessário.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às suas necessidade e as de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou, comprar ou vender instrumentos financeiros, nos termos e datas especificados nos contratos, ou, ainda compromissos para trocar pagamentos futuros de juros, tendo como finalidade reduzir a exposição a riscos nos respectivos mercados.

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo - Valor a receber/ (a pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor referencial dos contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor referencial dos contratos
Compra / Venda de NDF a receber/(pagar)	(134)	79	(55)	41.836	(12)	10.118
Contratos de opções a receber/(pagar)	-	-	-	-	(1.394)	368.510
Contratos de Swap a receber/(pagar)	61	276	337	45.171	302	10.202
Contratos no mercado futuro a receber/(pagar)	-	-	-	-	-	128.432
	<u>(73)</u>	<u>355</u>	<u>282</u>	<u>87.007</u>	<u>(1.104)</u>	<u>517.262</u>

Operações de NDF por Indexador

	31/12/2012			31/12/2011	
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor referencial do contrato	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	62	121	41.836	12.450	12.427
Commodities	35	34	2.120	101	103
Pré fixado	-	-	-	1.355	1.356
Dólar	27	87	39.716	10.994	10.968
Posição passiva	(196)	(176)	(41.836)	(11.482)	(11.471)
Commodities	(5)	(6)	(39.716)	(1.365)	(1.353)
Pré fixado	-	-	-	(10.117)	(10.118)
Dólar	(191)	(170)	(2.120)	-	-
Diferencial líquido	(134)	(55)	-	968	956

Operações de SWAP por Indexador

	31/12/2012			31/12/2011	
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor referencial do contrato	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	78	357	45.171	1.095	1.389
Commodities	3	7	529	192	314
Pré-fixado	25	20	28.550	174	167
Dólar	-	-	1.173	729	908
CDI	-	30	7.236	-	-
IPCA	50	300	7.683	-	-
Posição passiva	(17)	(20)	(45.171)	(26)	(18)
Commodities	(7)	(10)	(529)	(25)	(18)
Pré-fixado	-	(3)	(28.550)	(1)	-
Dólar	(1)	(7)	(1.173)	-	-
CDI	(9)	-	(7.236)	-	-
IPCA	-	-	(7.683)	-	-
Diferencial líquido	61	337	-	1.069	1.371

Operações de Opções por Indexador

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	-	-	1.461	67
Commodities	-	-	91	60
Dólar	-	-	1.370	7
Posição passiva	-	-	-	-
Diferencial líquido	-	-	1.461	67

Classificação e vencimento

Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2012				31/12/2011
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360	Total	Total
Operações NDF a receber/(a pagar)	35	(90)	-	(55)	968
Operações de Swap a receber/(a pagar)	17	33	287	337	1371
Opções	-	-	-	-	67
	<u>52</u>	<u>(57)</u>	<u>287</u>	<u>282</u>	<u>2.406</u>

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º semestre			31/12/2012			31/12/2011
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
SWAP	456	(673)	(217)	1.665	(2.479)	(814)	(1.474)
Opções	63	-	63	64	(63)	1	(81)
NDF	1.767	(938)	829	4.139	(4.179)	(40)	(130)
DI	436	(68)	368	1.078	(323)	755	6.836
DDI	5.891	(4.888)	1.003	6.767	(6.130)	637	1.277
BGI	884	(382)	502	1.071	(416)	655	(621)
MOEDAS	1.424	(1.250)	174	3.514	(4.004)	(490)	(2.014)
ÍNDICE	-	-	-	136	(592)	(456)	-
MILHO	-	-	-	4	(37)	(33)	-
DÓLAR	-	(147)	(147)	-	(541)	(541)	-
	<u>10.921</u>	<u>(8.346)</u>	<u>2.575</u>	<u>18.438</u>	<u>(18.764)</u>	<u>(326)</u>	<u>3.793</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos no mercado de futuros em d+1, no montante de R\$ 487 (2011 – R\$ 103), foram registrados em negociação e intermediação de valores.

O valor *notional* das operações no mercado futuro em 31 de dezembro de 2012 está composto pelo montante de R\$ 287.647 (2011 – 128.432) segregado pelos indexadores:

Operações de Futuros por Indexador					<u>31/12/2012</u>
Posição	Valor contratado	Até	De 181 a	Acima de	Total
		180 dias	360 dias	360	
Commodities	95	95	-	-	95
DDI	124.449	10.013	81.741	32.695	124.449
DI	136.500	24.000	24.000	88500	136.500
Dolar	26.603	26.603	-	-	26.603
Total	<u>287.647</u>	<u>60.711</u>	<u>105.741</u>	<u>121.195</u>	<u>287.647</u>

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 26.473 (2011- R\$ 11.826), ambos os exercícios representados por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B).

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), e na Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros de São Paulo - BM&FBovespa.

A valorização a mercado destes instrumentos financeiros é realizada de forma diária através de curvas de mercado, onde os vértices são baseados em títulos e indexadores negociados em bolsa de valores.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros compõem-se de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo:

Gerenciamento de Risco

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada utilizando práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos, do valor de risco da carteira, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços dos ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras no mercado onde atua.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos na nota explicativa nº 24.

a) Risco de crédito: decorre da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor, onde a área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da

Resolução CMN nº 2.682/1999, permitindo a classificação de risco de toda a sua base de clientes. A concessão de crédito utiliza-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.

b) Risco de mercado: é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

c) Risco de liquidez: é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

d) Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

6. Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

a. Composição por produto

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Adiantamento a depositante</u>		
Adiantamento a depositante	3	-
	<u>3</u>	<u>-</u>
<u>Empréstimos</u>		
C.D.C.A.	2.188	3.003
C.P.R. (*)	289.522	358.683
Capital de giro	112.802	70.285
Cheque especial	32	31
	<u>404.544</u>	<u>432.002</u>
<u>Conta garantida</u>		
Conta corrente garantida	33.682	22.506
	<u>33.682</u>	<u>22.506</u>
<u>C.C.I</u>		
C.C.I.	7.432	-
	<u>7.432</u>	<u>-</u>
<u>Outros financiamentos</u>		
Financiamentos a produção para exportação	83.891	14.777
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.454	-
	<u>92.345</u>	<u>14.777</u>
<u>Outros créditos</u>		
Outros créditos com característica de concessão de crédito	2.216	-
	<u>2.216</u>	<u>-</u>
Total da carteira de crédito	540.222	469.285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.229)	(20.220)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.216)	-
	<u>508.777</u>	<u>449.065</u>

(*) A CPR (Cédula de Produto Rural), representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

b. Composição por ramo de atividade e vencimento

				31/12/2012	31/12/2011
	Carteira	A Vencer	A Vencer acima	Total	Total
	Vencida a partir de 15 dias	até 360 dias e vencida até 14 dias	de 360 dias		
Setor privado					
Rural	9.257	47.064	550	56.870	60.241
Indústria	3.971	3.279	-	7.250	11.345
Comércio	10.348	77.030	21.357	108.735	45.503
Outros serviços	10.396	18.000	4.603	32.999	24.044
Pessoa física	31.125	267.170	36.072	334.367	321.204
Habitação	-	-	-	-	6.948
	65.097	412.543	62.582	540.221	469.285

c. Concentração da carteira

	31/12/2012				31/12/2011	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% da Provisões	Valor	% da Carteira
	10 maiores devedores	148.526	27,49%	4.609	14,66%	148.137
50 maiores devedores seguintes	230.504	42,67%	21.393	68,03%	234.536	49,98%
100 maiores devedores seguintes	111.841	20,70%	3.578	11,38%	71.618	15,25%
Demais devedores seguintes	49.351	9,14%	1.865	5,93%	14.994	3,20%
	540.222	100%	31.445	100%	469.285	100%

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A abertura da posição “A vencer” e “Vencida” refere-se às parcelas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2012. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Nível de risco	31/12/2012				31/12/2011	
	Carteira a Vencer	Carteira Vencida	Valor da Provisão	% da Provisão	Valor da Provisão	% da Provisão
A	209.274	1.712	1.055	3,36%	1.702	8,42%
B	137.800	6.562	1.444	4,59%	489	2,42%
C	44.292	39.390	2.511	7,99%	1.416	7,00%
D	50.959	9.786	6.074	19,32%	1.778	8,79%
E	17.042	6.236	6.984	22,21%	20	0,10%
F	674	5.724	3.199	10,17%	175	0,87%
G	-	1.977	1.384	4,40%	145	0,72%
H	2.216	6.578	8.794	27,96%	14.495	71,68%
	462.257	77.965	31.445	100%	20.220	100%

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Movimentação da PCLD		
Saldo no início do exercício	20.220	696
Constituições	48.717	19.098
Transferências	-	5.895
Reversões	(8.401)	(1.091)
Baixa para Prejuízo	(29.091)	(4.378)
Saldo no final do exercício	<u>31.445</u>	<u>20.220</u>

As renegociações de crédito no exercício atingiram R\$ 22.450 (2011 – R\$ 247.165) e os créditos recuperados durante o mesmo exercício totalizaram um valor de R\$ 5.093 (2011 – R\$ 2.891).

O gerenciamento de risco de crédito está descrito na nota explicativa nº24.

e. Cessão de Créditos

Não houve cessão de crédito em 2012. Em 2011 foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 3.793, com conseqüente efeito no resultado operacional no montante de R\$ 2.831.

7. Carteira de Câmbio

a. Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2012. Em 2011 os direitos a receber e as obrigações oriundas das transações no mercado de câmbio, encontravam-se liquidadas.

	<u>31/12/2012</u>
Ativo - Outros créditos	
Câmbio comprado a liquidar	1.364
Direitos sobre venda de câmbio	1.342
	<u>2.706</u>
Passivo - Outras obrigações	
Adiantamento sobre contrato de câmbio	32
Câmbio vendido a liquidar	(1.339)
Obrigações por compras de câmbio	(1.367)
	<u>(2.674)</u>

O valor das operações de câmbio de 31 de dezembro de 2012 foi liquidado em D+1.

8. Investimento em controladas

	<u>Original</u> <u>Negócios</u> <u>Agropecuários</u> <u>Ltda.</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Brasil Agrosec</u> <u>Cia</u> <u>Securitizadora</u> <u>Ltda.</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Original</u> <u>Investimentos</u> <u>Imobiliários</u> <u>Ltda.</u> <u>31/12/2012</u>	
Capital social	100	3.497	20.098	
Prejuízo do exercício	(130)	(1.983)	-	
Prejuízo acumulado do exercício anterior	(48)	(605)	-	
Reserva de lucro	99	-	-	
Patrimônio Líquido	21	909	20.098	
Participação (%)	99,99%	23,75%	99,99%	
<u>Situação dos investimentos</u>				
Saldo no início do exercício	151	384	20.098	
Resultado da equivalência patrimonial	(130)	(519)	-	
Aumento de capital	-	350	-	
Saldo final do semestre	21	215	20.098	Total 20.334

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco possuía participação de 99,99% nas empresas: Original Negócios Agropecuários Ltda., Original Investimentos Imobiliários Ltda. (em fase pré-operacional, com capital a integralizar), Forsix Administradora de Recursos Ltda. e participação de 23,75% na Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda., representando um saldo na rubrica de investimentos de R\$ 1.177 e resultado de equivalência patrimonial no semestre de R\$ (1.043).

O Banco possui investimentos nas seguintes empresas:

Original Negócios Agropecuários Ltda.

A principal atividade da Original Negócios Agropecuários Ltda. (nova denominação social da JBS Negócios Agropecuários Ltda.) é a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Foi constituída em 21 de agosto de 2009 e teve seu capital integralizado em 2 de outubro de 2009.

Original Investimentos Imobiliários Ltda.

Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Pecu Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios.

Em 21 de maio de 2012 a denominação social da Pecu Administradora de Recursos Ltda. foi alterada para Original Investimentos Imobiliários Ltda.

O capital social da Empresa passou de R\$100 representado por 100.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada para R\$ 20.100 com a emissão de 20.000.000 de novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio.

O objeto social passou a ser o investimento em imóveis e direitos sobre empreendimentos imobiliários comerciais ou residenciais, mediante compra e venda de imóveis e a exploração de aluguéis dos imóveis de propriedade da Sociedade.

A Original Investimentos Imobiliários Ltda. ainda não entrou em operação, sendo que o referido capital social encontra-se “a integralizar” em, até 720 dias da data de emissão do contrato de compra e venda realizado em 23 de abril de 2012. Na data de 31 de dezembro de 2012, encontra-se registrado na rubrica “Outras Obrigações” (Nota 13b).

Forsix Administradora de Recursos Ltda.

Em 26 de março de 2011 o Banco tornou-se controlador da Forsix Administradora de Recursos Ltda., via aquisição de 99,99% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na prestação de administração e gestão de carteira de valores mobiliários e administração de fundos para pessoas físicas ou jurídicas.

Em 23 de abril de 2012 foi vendida a totalidade da participação do Banco para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda., pelo preço acordado de R\$ 659. A venda gerou um lucro na alienação de investimentos no valor de R\$ 88 registrado na rubrica “Resultado não Operacional”.

O Resultado de equivalência gerado no exercício foi de R\$ (80).

Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda.

Em 15 de setembro de 2011 o Banco tornou-se investidor da Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda., via aquisição de 23,07% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio. Em 07 de novembro de 2012, conforme AGE - Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 350, aumentando a participação societária para 23,75%.

9. Imobilizado de uso

	31/12/2012			31/12/2011
	Taxa de depreciação	Imobilizado custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	218	(24)	41
Sistema de comunicação	10%	255	(79)	206
Sistema de processamento de dados	20%	2.334	(972)	1.059
Sistema de segurança	10%	6	(2)	4
Instalações	10%	19	(1)	8
		<u>2.832</u>	<u>(1.078)</u>	<u>1.318</u>

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

10. Diferido

	<u>31/12/2012</u>				<u>31/12/2011</u>
	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Diferido custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Diferido líquido</u>	<u>Diferido líquido</u>
Gastos de organização e expansão	20%	7.155	(5.247)	1.908	3.339
		<u>7.155</u>	<u>(5.247)</u>	<u>1.908</u>	<u>3.339</u>

11. Depósitos

Classificação e vencimento

	<u>31/12/2012</u>					<u>31/12/2011</u>
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>de 90 a 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Depósito a Vista	9.389	-	-	-	9.389	5.532
Depósito a Prazo - CDB e DPGE	-	1.978	40.815	148.843	191.636	283.509
Depósitos Interfinanceiros	-	150.238	-	-	150.238	-
Total	<u>9.389</u>	<u>152.216</u>	<u>40.815</u>	<u>148.843</u>	<u>351.263</u>	<u>289.041</u>

O Banco realiza operações com CDB, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA; e entre 98% e 130% do CDI. Para operações com DPGE com taxas pós-fixadas de 108% a 130% do CDI, e entre 100% do IPCA. Para Operações de CDI com taxa praticada de 100% do CDI.

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

Classificação e vencimento

	<u>31/12/2012</u>				<u>31/12/2011</u>
	<u>Até 90 dias</u>	<u>de 91 a 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	60.709	124.927	9.730	195.366	327.583

O Banco realiza operações com LCAs- Letras de Crédito do Agronegócio, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA; e entre 50% e 110,50% do CDI. Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,34% a.a. e 13,30% a.a.

13. Obrigações por repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em Custeio, Colheita, Estocagem, e Aquisição de Café. Em 31 de dezembro de 2012, o montante captado foi de R\$ 9.113 (zero em 2011).

Descrição	31/12/2012			31/12/2011
	De 181 a	Acima	Total	Total
	360 dias	360 dias		
Funcafé - FAC	3.053	-	3.053	-
Funacafé - Custeio	2.011	-	2.011	-
Funcafé - Estocagem	3.039	-	3.039	-
Funcafé - Capital de Giro	-	1.010	1.010	-
Total	8.103	1.010	9.113	-

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

14. Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Compõem-se de: provisão para imposto de renda R\$ 5.666 (2011- R\$ 15.529), provisão para contribuição social R\$ 3.556 (2011- R\$ 9.669), provisão para Cofins a recolher R\$ 360 (2011- R\$ 236), provisão para Pis a recolher R\$ 59 (2011- R\$ 38), provisão para impostos e contribuições diferidos R\$ 1.563 (2011- R\$ 312), impostos e contribuições sobre salários R\$ 1.686 e outros impostos e contribuições a recolher R\$ 170 (2011 - R\$ 1.394).

Segregação curto e longo	31/12/2012	31/12/2011
Passivo Circulante	13.060	27.178
Passivo Exigível ao Longo Prazo	-	-
Total	13.060	27.178

b. Diversas

Compõem-se de: publicações R\$ 185 (2011- R\$ 185), Fundo Garantidor de Crédito R\$ 165 (2011- R\$ 271), provisão para PLR e bônus R\$ 19.833 (2011- R\$ 4.890), contingências trabalhistas R\$ 850 (2011- R\$ 850) (Nota 16), Provisão de Férias e 13º Salários R\$ 2.732, INSS s/ Férias e 13º Salário R\$ 770, FGTS s/ Férias e 13º Salários R\$ 219, Subscrições de Capital a Integralizar R\$ 20.098 e outras R\$314.

Segregação curto e longo	31/12/2012	31/12/2011
Passivo Circulante	24.218	9.693
Passivo Exigível ao Longo Prazo	20.948	850
Total	45.166	10.543

15. Provisão para passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco possuía contingências trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis no montante de R\$ 850 (R\$ 850 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o Banco não possuía contingências cíveis, fiscais e trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis e possíveis.

16. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social de R\$ 101.212 de domiciliados no País, é representado por 100.000.000 de ações ordinárias, sem valores nominais, totalmente subscritas e integralizadas.

<u>Composição Acionária</u>	<u>31/12/2012 e 2011</u>
J & F Participações Financeiras Ltda.	99.000.000
Pessoas Físicas	1.000.000
	<hr/> 100.000.000 <hr/>

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2012 não foi constituída reserva legal (2011 - R\$ 1.553) que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão no Estatuto Social e legislação vigente.

Reserva Estatutária

Em 2012 não houve constituição de reserva estatutária. Em 2011, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 4.433.

Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco provisionou juros sobre o capital próprio dos acionistas, no montante de R\$ 776 (zero em 2011), calculados de acordo com as regras fiscais vigentes.

O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 310 (zero em 2011).

Dividendos

Em 2011 foram distribuídos dividendos de R\$ 27.559. Foram pagos dividendos no montante de R\$2.547 e R\$ 25.012 no primeiro e segundo semestre de 2012, respectivamente.

17. Despesa de Pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2º semestre 2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Remuneração	8.525	17.784	13.977
Benefícios	3.576	5.189	1587
Encargos Sociais	8.512	11.845	4.951
Honorários	1.512	1.626	-
Outras	211	280	61
	<u>22.336</u>	<u>36.724</u>	<u>20.576</u>

18. Outras despesas administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2º semestre 2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aluguéis	(483)	(1.177)	(312)
Comunicações	(269)	(520)	(383)
Processamento de dados	(1.344)	(2.718)	(1.806)
Propaganda publicidade e relações pública:	(881)	(1.766)	(895)
Serviços do sistema financeiro	(431)	(1.301)	(2.481)
Serviços de terceiros	(1.035)	(1.190)	(362)
Serviços técnicos especializados	(2.034)	(2.945)	(3.799)
Transportes e viagens	(1.338)	(2.386)	(1.348)
Depreciações amortizações	(963)	(1.882)	(1.728)
Despesas com materiais e manutenções	(310)	(506)	-
Água, Energia e Gás	(15)	(36)	-
Gastos com integração	-	-	(3.611)
Juros Selic Tributos	-	(328)	-
Gastos com cartório	-	(53)	-
Seguros	-	(76)	-
Outras	(977)	(1.307)	(1.553)
	<u>(10.080)</u>	<u>(18.191)</u>	<u>(18.278)</u>

19. Despesas tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre 2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ISS	61	84	115
Cofins	2.051	3.693	4.422
Pis/Pasep	333	599	719
IOF	1.082	1.082	0
Outras	63	366	76
Total	<u>3.590</u>	<u>5.824</u>	<u>5.332</u>

20. Outras receitas operacionais

Descrição	2º Semestre 2012	31/12/2012	31/12/2011
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	5.068	5.093	2.891
Recuperação de encargos e despesas	8	268	358
Rendas de garantias	223	357	-
Reversão de Provisões Operacionais	-	-	580
Outras rendas operacionais	5	16	283
Total	5.304	5.734	4.112

21. Transações entre partes relacionadas

a. Remuneração dos Administradores

a.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Até a data de 31 de dezembro de 2012, o valor de remuneração fixa dos Administradores (Conselho e Diretoria) totalizou o valor de R\$ 300 (2011 – R\$ 2.816).

a.2 Benefício pós-emprego

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

b. Operações entre Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Ativo/(Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/ (Despesa)
<u>Valores a Receber (a pagar) de</u>				
<u>Pessoas Ligadas</u>				
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	-	-	(1)	-
	-	-	(1)	-
<u>Aplicações em Operações</u>				
<u>Compromissadas</u>				
Banco Original S.A.	2.000	538	323.412	14.887
	2.000	538	323.412	14.887
<u>Outros Valores a Receber</u>				
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	-	-	1	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	10	-	14	89
	10	-	15	89
<u>Outros Valores a Pagar</u>				
J&F Participações S.A.	(83)	(163)	-	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	(660)	-	-	-
JBS S.A.	-	-	-	(510)
	(743)	(163)	-	(510)
<u>Recursos de Aceites</u>				
<u>Cambiais, Lis, LHs,</u>				
<u>Debentures e Similares</u>				
ZMF Fundo de Invest. Part.	(158)	(3)	-	-
Matone Promotora Ltda.	(7.231)	(50)	-	-
Alta Administração	(9.515)	(93)	-	-
Pessoas Físicas Ligadas	(2.839)	(25)	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	-	-	(412)	(12)
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(1)	-	(20)	(6)
	(19.744)	(171)	(432)	(18)
<u>Depósito a Vista</u>				
JBS S.A.	(53)	-	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	(49)	-	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(5)	-	-	-
J&F Participações S.A.	(2.028)	-	-	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	(1)	-	-	-
Alta Administração	(6)	-	-	-
Pessoas Físicas Ligadas	(48)	-	-	-
	(2.190)	-	-	-
<u>Depósito Interfinanceiro</u>				
Banco Original S.A.	(150.238)	(2.375)	(151.021)	20
	(150.238)	(2.375)	(151.021)	20
<u>Depósito a Prazo</u>				
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(9)	-	-	-
ZMF Fundo de Invest. Part.	(1.639)	(22)	-	-
J&F Infraestr. E Construção	(301)	(7)	-	-
	(1.949)	(29)	-	-
<u>Obrigações por Operações Compromissadas</u>				
Banco Original S.A.	-	-	-	(691)
	-	-	-	(691)

22. Garantias prestadas

Representam cartas de fiança prestadas a pessoas físicas, jurídicas e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no valor total de R\$ 6.650 (2011 - R\$ 5.072), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários.

23. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores diferidos foram calculados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas “Outros créditos - diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, respectivamente.

a. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	2012	2011
	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação	(22.952)	43.703
Resultado de participações em coligadas e controladas	729	1.043
Outras diferenças permanentes - CSLL	487	220
Outras diferenças permanentes - IRPJ	1.059	220
Base de cálculo - CSLL	(21.736)	44.966
Base de cálculo - IRPJ	(21.164)	44.966
Contribuição social - 15%	3.260	(6.745)
Imposto de renda - 25 % deduzidos dos incentivos fiscais	5.556	(10.655)
Total de imposto de renda e contribuição social	8.816	(17.399)
Imposto de renda/contribuição social exercícios anteriores	363	381
Encargo líquido de imposto de renda e contribuição social	9.179	(17.018)

b. Origem e movimentação dos créditos tributários e ativos/passivos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins

b.1 Crédito tributário

Créditos fiscais diferidos	2012	2011
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	12.192	4.245
Constituições	19.245	10.420
Reversões	(86)	(2.473)
Saldo final	31.351	12.192
Débitos fiscais diferidos	2012	2011
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	312	-
Constituições	2.269	312
Reversões	(1.018)	-
Saldo final	1.563	312

b.2 Ativo fiscal diferido

<u>Composição do ativo fiscal diferido</u>	2012	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.869	21.608
Provisão para contingências trabalhistas	850	850
Provisão para despesas administrativas	19.308	7.926
Provisão PLR - Administradores	553	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	229	88
PIS/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI Futuro - 4,65%	(11)	(4)
Perdas em operação de crédito	26.898	-
Total de diferenças temporárias - CSLL	78.696	30.468
Total de diferenças temporárias - IRPJ	78.143	30.468
Crédito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	19.536	7.617
Crédito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	11.804	4.570
Ajustes DI e DDI Futuro	229	88
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	229	88
PIS/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI Futuro - 4,65%	4,65%	4,65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	11	5
Total do ativo fiscal diferido	31.351	12.192
Circulante	6.007	11.622
Longo prazo	25.344	570

b.3 Passivo fiscal diferido

Passivos fiscais diferidos	2012	2011
Diferenças temporárias:		
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	3.652	730
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda - 4,65%	(170)	(34)
Ajuste DI futuro	-	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	-
Outras diferenças temporárias	-	-
Total de diferenças temporárias	3.482	696
Débito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	870	174
Débito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	522	104
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	3.652	730
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Ajuste DI futuro	-	-
Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS	3.652	730
Alíquota de Pis e Cofins	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	170	34
Total do passivo fiscal diferido	1.563	312
Circulante	1.563	312

c.1 Previsão de realização dos créditos tributários e passivo fiscal diferido

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido	2012	2011
Exercício de 2012	0	11.622
Exercício de 2013	6.007	570
Exercício de 2014	1.010	0
Exercício de 2015	1.972	-
Exercício de 2016	4.759	0
Exercício de 2017	9.888	0
Exercício de 2018	7.715	-
Subtotal	31.351	12.192
Estimativa de Realização do passivo fiscal diferido		
Exercício de 2012	0	312
Exercício de 2013	1.563	0
Subtotal	1.563	312
Valor líquido de realização dos impostos diferidos	29.788	11.880

c.2 Valor Presente do ativo fiscal diferido

O valor presente do ativo fiscal diferido, em 31 de dezembro de 2012, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 24.067 (R\$ 10.668 em 2011).

24. Gerenciamento de risco

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão no Banco. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto por membros da Alta Administração é o órgão máximo responsável pela deliberação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos no Banco.

A identificação, a apuração, o monitoramento e o reporte dos riscos são realizados por unidade específica que dispõe de uma equipe de especialistas, atuando de maneira independente das unidades de negócio (segregação de funções).

Em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Banco Original do Agronegócio S.A. disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.bancooriginal.com.br.

a. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”.

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway*.

O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de um sistema de registro de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a este risco sejam identificados e reportados aos responsáveis pelo seu gerenciamento.

b. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

O Banco possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007.

O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte.

As principais ferramentas utilizadas para a gestão do risco de mercado são: VaR (*Value at Risk*), *Duration*, Análise de sensibilidade (PV01), Testes de Estresse e *Backtests*.

c. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa.

O Banco gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000.

Os métodos utilizados pelo Banco para a gestão do risco de liquidez são: Análise do Fluxo de Caixa, Gap de Liquidez, Teste de Aderência e Testes de Estresse.

d. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o Banco considera risco de crédito “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”.

No Banco, o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração.

Para cada tipo de carteira de crédito, são analisados os níveis de concentração e as taxas de inadimplência e atribuídas provisões de crédito adequadas.

25. Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

Em 31 de dezembro de 2012 o Conglomerado Financeiro Original, que inclui o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A., encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/1994 e legislação complementar. O índice de Basiléia do Conglomerado Financeiro em 31 de dezembro de 2012 é de 43,77% (2011 - 28,20%).

26. Outras informações

• *Outros serviços prestados pelos auditores independentes*

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras trimestrais do Banco, não prestou no exercício outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, onde o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

- *Plano de aposentadoria e pensões*

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

Relatório do Comitê de Auditoria - Resumo

Introdução

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original, integrado pelas instituições Banco Original S.A. e Banco Original do Agronegócio S.A., composto por três membros, escolhidos entre seus diretores estatutários, é o órgão colegiado responsável por supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado Financeiro Original, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Conglomerado em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atividades do Comitê

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original foi instalado em 04 de fevereiro de 2013.

Desde então, reuniu-se em duas ocasiões, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, os trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente e analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

As atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria foram:

- Elaboração e aprovação de Regulamento que estabelece as regras para seu funcionamento;
- Controles Internos, *Compliance* e Administração de Riscos: discussão e avaliação das estruturas vigentes, dos pontos de melhoria levantados interna e externamente apontados nos diversos trabalhos realizados ao longo de 2012, dos controles instituídos e dos procedimentos utilizados e em fase de implantação.

O Comitê considera que a estrutura e as atividades de controle estão em fase de adequação ao novo contexto operacional e visão de negócio do Conglomerado. No que diz respeito aos aspectos ligados à gestão de riscos e controles internos, a Diretoria de Riscos, responsável por estas atividades, está ampliando a sua área de atuação, visando a atingir uma maior efetividade nos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado. O Comitê de Auditoria entende que o aprimoramento de tais controles é de extrema importância e vem acompanhando o esforço do Conglomerado Financeiro Original na implantação dos respectivos planos de ação;

- Demonstrações financeiras: discussão das práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012;
- Auditoria interna: discussão e avaliação dos trabalhos realizados em 2012. O Comitê considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos foram satisfatórias frente aos objetivos propostos;
- Auditoria Independente: discussão e avaliação dos pontos de destaque do trabalho realizado para avaliação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. O Comitê considera satisfatórias as informações recebidas dos auditores independentes sobre os trabalhos realizados.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, com base nas informações recebidas, entende que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 do Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda à Administração do Conglomerado a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 25 de março de 2013

